

ATA Nº08/02 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE

Aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e dois, reuniu-se ordinariamente às dezenove horas no auditório da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre, a Plenária para deliberar sobre a seguinte pauta: **1) Leitura e aprovação da ata nº07/02; 2) Informes; 3) Convênio entre Secretaria da Justiça e da Segurança/SUSEPE e Prefeitura Municipal de Porto Alegre/SMS e Contrato de Metas entre SMS/Hospital Vila Nova; 4) Bolsa Alimentação; 5) Assessoria de Planejamento e Programação de Saúde Mental/SMS. Conselheiros presentes:** Nei Carvalho, Vanda da Silva, Paulo Ricardo Barbosa, Riograndino de Oliveira, Ronald Wolff, Darci Dias, Janete da Silva, Ione Nichele, José Dutra, Osmar Maschio, Jaci dos Santos, Cecília Pedroso, Zilda Martins, Maria Ivone Dill, Danilo Dellazari, Maria Encarnacion Ortega, Regina Lender, Eva dos Santos, Ana Cirne, José Carlos Pintado, Carlos Geyer, Célia Ruthes (FJ), Rosa Harzheim, Ana Moreira, Sônia Mansur, Ivarlete França, Jairo Tessari, Irineu Grimberg, Reny Bigolin, Joaquim Kliemann, Ana Boll, Maria Lectícia de Pelegrini. **Não Conselheiros:** Rebeca Litvin, Denise dos Santos, Gabriel Centeno, Cristiane Fernandes, Raquel Rocha, Fernanda Nunes, Elaine Silveira, Patrícia Urigueiro, Giuvania Cunha, Adriana da Silva, Fabiana Fortes, Márcia Borges, Ana Paula da Silva, Daniela da Silva, Georgia Moreira, Débora Batista, Cátia Cortez, Janaina de Aguiar, Lécia Fernandes, Márcia Dehin, Maria Isabel de Souza, Antônio Ferreira, Sandra da Silva, Suzana Fabris, Anelise da Silva, Cristiane Macuglia, Marília de Mello, Lenita Hickmann, Gisele Cesaro, Manuel Gonçalves, Alesandro Morandi, renata Testa, Vânia Ferrejjans, Angelo Smaniotto, Danielli Stein, Aline Togni, Jane Pilar, Mirian Zanatta, Maria Baldasso, Denise da Silveira, Simone Corrêa, Nilson Sibemberg, Marialva Nardi, Milene Martins, Luiz Carlos Alves, Lory Lima, Clarice Galan, Giovana Monteiro, Angela Pajot, Carlos Alberto Maidana, Nara Macedo, Maria Hojweister, Marlise Muller, Nádia de Souza, Rosane Ciconet, Álvaro Kniespedit, Sandro Novelli, Maria Aparecida Loss, Sônia Guterrez, Tânia Faillace, Rita de Cássia Gomes, Maria de Almeida, Valdir, Jeane Lorronda, Mara Porciuncula, Andrei Galod, Maria da Glória Sirena, Cleusa Mendes, Denise do Nascimento, Sandra Curtiz, Hans Schreen, Rosa Maria Duarte, Hugette Chinepe, Airtton Michels, Jaime Guedes Silveira, Gerçi Rodrigues e Silvia Martins. **1) Leitura e aprovação da ata nº07/02:** Conselheiras Ana Cirne e Ione fazem a leitura da ata que após adendos e correções é aprovada com 17 votos a favor e 07 abstenções. Em relação ao HCPA, Coordenador Humberto informa que a RBS ainda não liberou a fita, solicitada pelo Ministério Público e que o Conselheiro Nei está acompanhando a Sindicância instaurada pela SMS. **2) Informes:** Secretária Adjunta Ana Boll, convida para a II Conferência Municipal de Saúde do Trabalhador dias 03 e 04 de maio no Colégio Júlio de Castilhos e Hospital de Clínicas, respectivamente. Conselheira Elisabeth, Coordenadora da Comissão de Fiscalização, solicita pauta para discutir a falta de cumprimento da carga horária dos médicos. Coordenador Humberto fala que o Núcleo de Coordenação vem discutindo o não cumprimento, por parte dos trabalhadores de saúde e que futuramente será pautado em plenária. Sra. Gerçi convida para o Seminário POA Cidade Protetora da Vida: pela construção de uma cultura de paz, nos dias 10 e 11 de maio na AMRIGS. Conselheira Ivarlete convida para as atividades do Fórum Gaúcho de Saúde Mental dia 19 de maio. Conselheiro Osmar, informa que na plenária do OP- Região Partenon, o Sr. André Passos, Coordenador do GAPLAN, não permitiu que fosse pautado saúde, dizendo que não há verbas. Relata que foi criticado, pois fez todo um trabalho junto aos Conselheiros para que a Saúde fosse priorizada. Sr. Deoclides manifesta-se pesaroso com a situação, pois durante meses prepararam a plenária na região e que em reuniões deste Conselho foi afirmado a necessidade de priorizar Saúde. Coordenador Humberto informa que esta denúncia já chegou ao Núcleo e que futuramente será discutido em plenária. **3) Convênio entre Secretaria da Justiça e da Segurança/SUSEPE e Prefeitura Municipal de Porto Alegre/SMS e Contrato de Metas entre SMS/Hospital**

53 **Vila Nova:** Dr. Airton Michels, Superintendente dos Serviços Penitenciários – SUSEPE
54 faz uma explanação da segurança pública e do sistema prisional em Porto Alegre.
55 Salienta que o Hospital Penitenciário nunca funcionou bem, pois estando localizado
56 dentro do Presídio Central, reflete as tensões do mesmo em relação aos funcionários e
57 apenados. Informa que no Hospital Psiquiátrico Forense – IPF está sendo estruturado um
58 Centro Clínico com 15 leitos, no Presídio de Charqueadas 10 leitos e serão mantidos os
59 05 leitos conveniados com o Hospital Conceição. Esclarece que a idade da população
60 penitenciária gira em torno de 30 anos e a demanda maior da saúde são doenças infecto
61 contagiosas e trauma. A proposta é qualificar o atendimento, conveniando 18 leitos com
62 o Hospital Vila Nova. Dr. Jaime, da SUSEPE, informa que o Hospital Vila Nova será
63 referência para casos de emergência e pequenas cirurgias, servindo de retaguarda para
64 o sistema prisional. Destaca a Portaria Interministerial n.º 628 de 02 de abril de 2002 que
65 aprova a Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (em anexo), através do qual
66 possibilitará a formação de um atendimento modelo no Estado para a população
67 prisional. Dr. Dirceu Dalmolin, Diretor do Hospital Vila Nova, coloca que ao ser procurado
68 a principal preocupação foi em relação à segurança mas foi assegurado que não haverá
69 contato com os outros pacientes e visitantes do hospital, pois serão atendidos em uma
70 área isolada. Salienta que como o hospital necessita de suporte financeiro, o referido
71 convênio foi discutido com os funcionários e acreditam que dará certo. Considera uma
72 falha não terem discutido com a comunidade. Dr. Joaquim Kliemann, Secretário da SMS,
73 coloca que a necessidade de atendimento à população prisional foi discutida com a
74 SUSEPE e a partir daí a Secretaria lançou edital público, enviou correspondência aos
75 prestadores e somente o Hospital Vila Nova mostrou interesse. Ressalta que o valor da
76 AIH será pago pela tabela do SUS com acréscimo da Secretaria de Segurança,
77 repassado à SMS. O convênio está em fase de conclusão e só será assinado após o
78 término da obra, que será iniciada pelo hospital após aprovação do convênio pelo CMS.
79 A seguir a plenária se manifesta. Coordenador Humberto pergunta se há este tipo de
80 atendimento em outros Estados. Sr. Deoclides, quando iniciará o atendimento e solicita
81 que o prédio seja totalmente independente do hospital. Sr. José, como será realizada a
82 segurança dos usuários do hospital. Conselheira Ana Maria questiona se o Hospital
83 Conceição continuará dando assistência e sugere a capacitação dos profissionais de
84 saúde que atenderão esta população. Sra. Tania Faillace, pergunta se há possibilidade
85 de capacitar apenados para trabalhar no hospital, quantos leitos existem no IPF e se será
86 prestado atendimento psiquiátrico. Dr. Dalmolin informa que o prazo de reforma é de 30
87 dias e que a área física proposta é totalmente isolada, com porta de entrada separada,
88 sem contato com o ambulatório e emergência. Destaca que os profissionais iniciarão a
89 capacitação somente após aprovação do convênio. Dr. Jaime esclarece que vários
90 estados utilizam a rede pública para atendimento. Destaca que será difícil ocorrer
91 resgates dentro do hospital, pois no Estado os apenados perigosos são conhecidos e se
92 necessário atendimento no hospital serão acionados esquemas de segurança máxima,
93 ressaltando que não houve nenhum caso de resgate no Hospital Conceição. Quanto ao
94 atendimento psiquiátrico será melhor atendido pois atualmente o IPF conta com 24
95 psiquiatras. Sra. Huguette manifesta sua tristeza pois farão do Hospital Vila Nova um
96 presídio. Conselheira Elisabeth, fala que apenado ou não, há a necessidade de
97 atendimento médico, mas preocupa-se com a segurança dos outros pacientes. Sr.
98 Arcanjo coloca sua preocupação em relação à comunidade que não foi convidado para
99 discutir o convênio. Conselheira Ana Cirne pergunta se as mulheres do Presídio Madre
100 Pelletier também serão atendidas. Sra. Ilda pergunta qual é a população carcerária e os
101 leitos disponíveis. Coordenador Humberto pergunta se o Hospital Penitenciário está
102 sendo desativado ou reformado. Dr. Jaime esclarece que a localização do Hospital
103 Penitenciário era totalmente inadequada dentro do Presídio Central e já está desativado.
104 A estratégia foi ativar o Centro Clínico do IPF que foi melhorado e está sendo reequipado

105 com 25 leitos, considerado suficiente para a rede prisional atual. Em relação aos 18 leitos
106 talvez sejam mais que o necessário, mas foram mantidos para não haver problemas
107 nesta fase de mudança. Esclarece também que será prestado atendimento às 140
108 mulheres presas atualmente. A população carcerária masculina é de 15.500, sendo
109 11.000 em regime fechado. Os que estão em regime aberto procuram os serviços de
110 saúde como qualquer cidadão. Após o Coordenador Humberto solicita que o Conselheiro
111 Ronald faça a leitura do documento elaborado pelo Conselho Local de Saúde da região
112 (em anexo). O convênio é colocado em votação e aprovado por unanimidade. **4) Bolsa**
113 **Alimentação:** Secretária Adjunta Ana Boll relata que o Governo Federal lançou vários
114 programas de políticas compensatórias como o vale-gás, bolsa-escola, vale-alimentação,
115 criando um cadastro único para enquadrar, uma mesma família em diversos benefícios. A
116 Secretaria de Educação fez um cadastro em Porto Alegre para receber a bolsa-escola e
117 através dele entrou no cadastro do Governo Federal. Destaca o Programa Prá-Crescer
118 da SMS que faz vigilância nutricional e que recebia incentivo do Ministério da Saúde mas
119 que está sendo substituído pelo Bolsa-Alimentação. O critério do Programa Municipal é o
120 risco nutricional e o do Programa Bolsa-Alimentação é o critério renda. Coordenador
121 Humberto abre para esclarecimentos. Conselheira Ana Cirne pergunta como vão entrar
122 no Cadastro das famílias e se quem já está no Prá-Crescer vai perder. Conselheira
123 Encarnacion questiona qual é o valor destas bolsas. Sra. Isabel, da CGVS-SMS explica
124 que o Programa Bolsa-Alimentação atende dos 6 meses até 6 anos e 11 meses no valor
125 de R\$ 15,00 por beneficiário até 3 por família e o critério é renda. O programa Prá-
126 Crescer é até 6 anos, o critério é risco nutricional e distribui 4kg de leite mais uma lata de
127 óleo, além de beneficiar também as gestantes. A proposta é manter os dois programas,
128 embora depende de verbas e está difícil. Sra. Ana Boll, explica que a SMS não se
129 apressou em aderir ao programa porque ele tem critérios diferentes do realizado pela
130 Secretaria. Aderindo a ele, o Prá-Crescer é cortado, embora esteja sendo analisado a
131 manutenção com orçamento próprio da Secretaria. Dr. Kliemann esclarece que neste
132 momento a proposta é a adesão ao Programa, pois caso contrário haverá perdas
133 financeiras. É colocado em votação e aprovado por unanimidade. **5) Assessoria de**
134 **Planejamento e Programação de Saúde Mental/SMS:** Coordenador Humberto inicia a
135 pauta e manifesta a preocupação do CMS em relação a Política de Saúde Mental para o
136 município de Porto Alegre. Dr. Hans Ingomar Scheren, Coordenador da Comissão de
137 Saúde Mental, coloca que ainda não existe um cronograma de ações nesta área e que,
138 em reunião da Comissão dia 30.04.02 foi apresentado o Projeto elaborado pela SMS.
139 Sra. Mityo Araújo, Assessora de Planejamento e Programação de Saúde Mental/ SMS,
140 apresenta dados do Relatório de Gestão/2001: Prevalência Geral da Doença Mental –
141 13%; nº de Consultas Psiquiátricas em Relação ao total de Consultas Médicas – 5%; nº
142 de Leitos Psiquiátricos, em relação ao total da população – 1/10.000. Recursos Humanos
143 em abril de 2002: Médico Psiquiatra / horas: 21/40h, 19/20h; Enfermeiros/horas: 12/40h,
144 1/20h; Psicólogos: 44/40h, 1/30h, 5/20h; Assistentes Sociais: 19/40h, 1/20h; Terapeutas
145 Ocupacionais: 13/40h; Fonoaudiólogos: 13/40h, 1/30h; Psicopedagogo: 2/40h; Educador:
146 1/40h; Pediatra: 1/30h; Neurologista: 1/20h, totalizando 153 profissionais. Apresenta as
147 necessidades não atendidas por Região e as necessidades por Gerência (em anexo). A
148 seguir a plenária se manifesta. Conselheiro Nei, pergunta sobre a ampliação da Equipe
149 de Saúde Mental. Sra. Hugette pergunta porque a Equipe de Saúde Mental da US
150 Tristeza foi desativada. Conselheira Elizabeth, se a carga horária contratual dos médicos
151 é a que está sendo realizada. Sra. Eliete diz que hoje a porta de entrada são as Unidades
152 de Saúde e pergunta se está resolvendo. Sra. Mityo responde que a ampliação será em
153 relação ao número de profissionais e que na US Tristeza tinha apenas uma Psicóloga e
154 hoje tem uma Equipe de Saúde Mental na US Camaquã. Em relação à carga horária
155 realizada não é a contratual. Conselheira Ione manifesta sua preocupação ao não
156 cumprimento da carga horária contratual. Sra. Cristina, CAIS 8, diz que existe um número

157 de pessoas que por conta de um modelo ultrapassado, perderam a capacidade de dirigir
158 sua vida. Existe a necessidade de articular os serviços de saúde mental na cidade. Dr.
159 Nilson diz que o relatório não expõe o modelo e destaca a necessidade de uma Política
160 de Recursos Humanos e de aumentar o número de serviços. Sra. Elaine, fala que a
161 Saúde Mental na Região Partenon não está funcionando a contento, nem da população
162 nem dos profissionais. A Unidade Melanie Klein, do Hospital Psiquiátrico São Pedro, para
163 adultos atende só pacientes em crise e a infantil só internação. O Núcleo de Atenção
164 Psico Social – NASC, atenderá apenas problemas de aprendizagem. Questiona quem
165 atenderá após a crise e a infância com outros problemas, destacando a necessidade de
166 criar uma proposta para o Partenon e integrar os serviços do Município e Estado. Dr.
167 Hans, destaca que o que está faltando é um Plano de Ação, e que faltam serviços, como
168 Centro de Atenção Psico Social - CAPS. Coordenador Humberto reforça a necessidade
169 da SMS apresentar um Plano. Questiona se a Saúde Mental é prioridade ou não em
170 Porto Alegre e qual é o prazo viável para apresentação do mesmo. Sra. Giovana,
171 Gerente Distrital, diz que o modelo não deve ser construído de cima para baixo, que não
172 é a SMS que vai construir e sim em parceria com o controle social. Coordenador
173 Humberto ressalta a participação do Controle Social através das Conferências,
174 destacando as resoluções e a Comissão de Saúde Mental, do Conselho, na qual a SMS
175 faz parte. Dr. Kliemann coloca que o Conselho sabe das dificuldades financeiras, a
176 constância na cobrança de RH e que estes problemas não iniciaram agora. Destaca a
177 necessidade de avaliar as questões apresentadas para construir um Plano de Ação
178 Viável. Coordenador Humberto propõe um prazo de 60 dias para a apresentação do
179 mesmo, aprovado pela plenária. A seguir propõe reunião extraordinária, dia 09/05, com a
180 presença do Gabinete de Planejamento – GAPLAN, para discutir as questões em relação
181 ao OP apresentado pelos Conselheiros. Foi colocado em votação e aprovado com 08
182 votos a favor e 01 abstenção. Nada mais havendo a tratar, a reunião encerrou-se às 22h
183 e 30min.

184

185

186

Humberto José Scorza
Coordenador do CMS/POA

Lenita Parisotto / Silvia Martins
Secretaria Executiva

187

188

Ata aprovada na reunião do plenário de 09/05/02.